

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E CEGUEIRA: REFLEXÕES SOBRE EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS NO ENSINO REGULAR



<https://doi.org/10.56238/arev7n5-034>

Data de submissão: 05/04/2024

Data de Publicação: 05/05/2025

Adriano Aparecido da Silva

Mestre em Educação para Ciências e Matemática
Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde

Renata Lima Cardoso

Mestre em Genética e Bioquímica
Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde

Jeanne Mesquita de Paula Leão

Doutoranda em Educação
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Daiane Alves da Silva

Doutoranda em Estudos Literários
Universidade Federal de Uberlândia

Vilma Maria da Silva

Especialista em Psicopedagogia
Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde

Jean Pablo Nery

Especialista em Formação de Professores e Práticas Educativas
Secretaria de Educação do Estado de Goiás

Lizia Leão Alves

Especialista em Atendimento Educacional Especializado
Cooperativa de Ensino de Rio Verde

Fabiana Perdomo Salviano

Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica
Espaço Educacional FP

RESUMO

O texto apresenta reflexões teóricas e práticas sobre as atividades realizadas no V Encontro Ouvindo Vozes e Promovendo Diálogos, que abordou a temática dos desafios para a permanência dos alunos deficientes no ensino. Considerando a importância da educação inclusiva, o encontro teve como objetivo aproximar os participantes da oficina: “Sentindo na pele: a cegueira”, da percepção de mundo de pessoas cegas, a partir das relações que estabelecem com o ambiente escolar. A proposta buscou proporcionar aos participantes a experiência de vivenciar a ausência de visão, por meio de atividades que possibilitassem um maior reconhecimento do espaço ao seu redor, das interações com outras pessoas e da própria percepção individual. Para embasar essa abordagem, o texto apresenta um breve

relato sobre a Declaração de Salamanca, documento fundamental para as políticas educacionais inclusiva no Brasil, e sobre o Instituto Benjamin Constant, referência no estudo da deficiência visual, ambos contribuintes para a ampliação dos diálogos perspectivas no processo de desenvolvimento humano. A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa e de natureza participante, envolvendo práticas inseridas em um contexto educativo inclusivo. Os resultados evidenciam que discutir inclusão é mais simples do que efetivá-la na prática. No entanto, ao permitir que pessoas sem deficiência vivenciem, ainda que temporariamente, os desafios enfrentados pelas pessoas cegas no cotidiano, crie-se uma oportunidade de transpor o discurso para a ação, promovendo maior conscientização e engajamento na construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

Palavras-chave: Declaração de Salamanca. Inclusão. Cegueira.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo deseja destacar e contribuir por meio das atividades realizadas do V Encontro Ouvindo Vozes e Promovendo Diálogos, com a temática: desafios para a permanência dos alunos deficientes no ensino. Foram momentos em que participantes tiveram a oportunidade de experimentar o universo de algumas deficiências, como: a cegueira, a surdez, o daltonismo e a dificuldade motora. Este trabalho teve como foco a oficina: Sentindo na pele: a cegueira.

A ideia de Educação para Todos traz o respeito as diferenças e as adequações necessárias das práticas escolares para receber o aluno com necessidade especial e para refletir sobre a prática da educação inclusiva tem-se a Declaração de Salamanca, a qual é um documento basilar para as políticas educacionais no Brasil. Entende-se nessa Declaração ações que afirmam o compromisso de uma Educação para Todos e que as escolas comuns possam ser o local para combater atitudes discriminatórias criando o respeito entre as diferenças humanas e as dificuldades individuais (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

No entanto, a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas comuns tem sido um grande desafio para a educação brasileira. Segundo a proposta da educação especial na perspectiva da inclusão escolar “tem como mote questionar, colocar em dúvida, contrapor-se, discutir e reconstruir as práticas que, até então, têm mantido a exclusão [...] a escola inclusiva reconhece as diferenças dos alunos [...]” (BRASIL, 2010b, p. 9). Entretanto, a falta de formação e a integração com os profissionais especializados faz com que muitos professores se sintam despreparados para lecionar em turmas em que há alunos com necessidades educacionais especiais. E quanto falta a visão, a cegueira?

Responder a essa questão requer um debruçar sistemático e rigoroso, o que demanda tempo e amadurecimento intelectual. No Brasil tem-se profissionais especializados que trabalham no Instituto Benjamin Constant (IBC) e desenvolvem pesquisas nos campos pedagógicos da área da deficiência visual. Criado por Dom Pedro II, em 12 de setembro de 1854 e tem sede no Rio de Janeiro. Devido aos serviços prestados à população tornou-se referência nacional em assuntos condicentes a deficiência visual. É uma escola que capacita profissionais de diversas áreas, presta assessoria as escolas e instituições por todo o país. O IBC coloca em evidência suas experiências nas formas de abordar a deficiência visual (MONTEIRO et al. 2014).

De fato, entende-se que há um local de referência, mas em contrapartida é um desafio para a prática docente atender as necessidades educacionais do aluno com deficiência visual no espaço escolar. Pasquarelli (2016, p. 153) argumenta que “a visão é um dos sentidos mais usados em sala de aula, o que reforça a importância da diversificação das atividades escolares para o aluno com deficiência visual, incentivamos a utilização de outros canais sensoriais”.

Percebe-se que o processo de ensino e de aprendizagem de alunos com cegueira¹ se dá por meio dos sentidos remanescentes (tato, audição, olfato, paladar) entre outras ferramentas que mediam e estimulem o ambiente para dar condições favoráveis para que consiga aprender e apreender sobre o que se ensina (BRASIL, 2010a).

Sabe-se que a educação é um direito fundamental de Todos, independentemente de sua necessidade específica, Monteiro (2014, p. 7) menciona que “todos apresentam ‘pontos cegos’ na própria existência e dependem uns dos outros, em suas diferenças, para aumentar a percepção; não apenas para complementar o campo da visão, mas para ampliar a sensibilidade e a capacidade da imaginação”, porém para garantir a igualdade para todos há um questionamento a ser feito: que condições são dadas para atender os desafios de permanência dos alunos com cegueira no ensino?

A Constituição Federal de 1988, dispõe no seu artigo 205 que, “a educação é direito de todos e dever da família. A educação, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, assim entende que isso se aplica a todas as pessoas, sem discriminação, como reforça a Lei n. 13146 de 6 de julho de 2015, no seu capítulo IV, artigo 27:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Embora tenha avanços, muitas barreiras ainda se encontram para o deficiente visual e para responder a indagação toma-se como partida uma leitura crítica da Declaração de Salamanca e suas linhas de ação sobre necessidades educativas especiais, tendo como reflexão a perspectiva da educação inclusiva como uma possibilidade de estruturar a proposta da Educação para Todos. Em um segundo momento apresenta-se a metodologia da pesquisa. Na terceira parte oferece reflexões sobre os resultados e discussões da proposta da oficina Sentindo na pele: a cegueira, como uma ação pedagógica, visando perceber a sensibilização dos participantes. Na quarta e última parte apresenta-se algumas considerações finais acerca da educação inclusiva ao longo das reflexões levantadas no texto.

2 DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: ALGUNS APONTAMENTOS

A Declaração de Salamanca resultou de um encontro ocorrido na cidade de mesmo nome, organizada pelo governo da Espanha realizada, nos dias 7 a 10 de junho de 1994, em cooperação com

¹ Para a prática da oficina, ao se referir à deficiência visual está se fazendo menção às pessoas com cegueira (pessoas cegas), aquelas que apresentam a ausência total de visão até, sendo que seu processo de aprendizagem se fará através dos outros sentidos (tato, olfato, audição, paladar). Utiliza o Sistema Braille como principal meio de comunicação escrita. (<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/alunoscegos.txt>).

a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O intuito foi debater mudanças fundamentais de política necessárias para desenvolver a abordagem da educação inclusiva, numa concepção de Educação para Todos. Nessa perspectiva, as instituições incluem todas as pessoas, aceitem suas diferenças, apoiem a aprendizagem e respondam às necessidades individuais. A declaração tornou-se uma referência para o debate acerca da Educação para Todos.

Ressalta-se que dessa forma inicia um marco reconhecendo que o espaço escolar deve acolher todas as crianças independente de sua necessidade educacional. Nesse sentido, participaram do evento representantes de 92 governos e 25 organizações internacionais, totalizando mais de 300 participantes. Destes, constavam-se representantes de vários órgãos dentre eles, se destacam, das Nações Unidas, das organizações especializadas, das organizações governamentais internacionais, das organizações não governamentais, dos organismos financiadores e da educação.

Partiu-se da premissa de que, a educação de crianças e jovens com necessidades educativas especiais, não pode progredir de forma isolada e deve antes fazer parte de uma estratégia global de Educação e sem dúvida de uma nova política social e econômica, o que implica em uma profunda reforma da escola regular. Dessa forma, necessidades educativas especiais abrange todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam com deficiências ou dificuldades escolares.

Como princípio orientador, consistiu-se em afirmar que as escolas devem ajustar-se a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou culturais. Logo, o desafio da escola inclusiva é oferecer um ensino capaz de educar a todos com sucesso. Para isso, faz-se necessário, a pretensão da equalização social de forma que a escola possa atender a todos os públicos e ofereça oportunidades de crescimento levando em consideração as deficiências e aspectos de vida de cada um de seus participantes. De acordo com Leonor, (2014, p. 74) “foi no texto dessa Declaração que, pela primeira vez, empregou-se o termo educação inclusiva como expressão do conceito de inclusão escolar, e a partir daí ele não mais foi abandonado”. Nota-se que, ao realizar a conferência, fortalece o respeito às diferenças e a melhoria do acesso à Educação da criança com deficiência, empregando o conceito de escola inclusiva.

Como constatado, ao final do encontro, formalizou o documento em que representa um consenso mundial sobre as futuras orientações da educação das crianças e jovens com necessidades educativas especiais, cabendo a cada um dos participantes se adequarem, na medida do possível, e desenvolva as ações acordadas nesse documento. O desafio da escola inclusiva diz respeito as adequações de toda estrutura física, corpo docente, entre outras, para escolarizar:

todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem

dotadas; crianças que vivem na rua e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (BRASIL, 2006).

Sabe-se que a Educação é um direito fundamental de todos e para a escola regular brasileira torne de fato, numa perspectiva de Educação para Todos, em que realmente ocorra a democratização do ensino, deve superar as dificuldades, haja vista que, falta ações que promovam uma sensibilização da comunidade escolar para romper a tradicional forma da escola excludente.

Percebe-se que, em termos de legislação a Educação inclusiva está bem amparada, porém, em ações afirmativas de atividades educativas ocorre de forma tímida e pontual. O país sendo um signatário da Declaração precisa ter ações inspiradoras para que efetivamente ocorra uma mudança satisfatória no (re)pensar a Educação inclusiva. Há ausência de ações com o apoio das comunidades escolares, bem como investimentos fazem necessário, na medida que, possa disseminar experiências enriquecedoras por todo o país. Portanto, propõe nesse trabalho maior ênfase nas linhas de ação da Declaração de Salamanca, com o intuito de fomentar práticas educativas inclusivas e projetar holofotes acerca das capacidades dos sujeitos cegos ao invés das suas limitações para permitir reflexões sobre a forma de agir com relação à diferença, como aponta a Declaração de Salamanca de 1994.

3 METODOLOGIA

O trabalho foi realizado no período vespertino, no laboratório de química e nas dependências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Jataí. Para atingir os fins propostos, a metodologia utilizada foi qualitativa e a observação participante da relação dos envolvidos nas atividades. Na metodologia qualitativa, Bogdan e Biklen (1994) apontam que,

O significado é de importância vital na abordagem qualitativa. Os investigadores que fazem uso deste tipo de abordagem estão interessados no modo como diferentes pessoas dão sentido às suas vidas. Por outras palavras, os investigadores qualitativos preocupam-se com aquilo que se designa por perspectivas participantes. (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 50).

Na perspectiva de analisar as possíveis reações dos participantes diante da sala de aula inclusiva e levantamento de informações que contemplam o objetivo e de identificação dos sujeitos a observação participante “é uma forma do investigador introduzir-se no mundo das pessoas que pretende estudar, tenta conhecê-las, dar-se a conhecer e ganhar a sua confiança, elaborando registro escrito e sistemático de tudo aquilo que ouve e observa” (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 16).

A pesquisa aconteceu em momentos distintos objetivando investigar os conhecimentos dos participantes sobre a pessoa com deficiência visual e permitir que reflitam durante a realização de diferentes atividades coletivas e em duplas, sendo um participante com os olhos vendados e o outro

seu guia vidente. Também, com o passar do tempo, havendo a troca de posto entre a pessoa com os olhos vendados e o guia para todos sentirem na pele, tanto a cegueira, como ser guia da pessoa com cegueira.

4 AÇÕES QUE FAVORECEM A INCLUSÃO: RESULTADOS E DISCUSSÕES

É comum ouvir palavras de colegas de que não está preparado para receber alunos com deficiências em sua sala de aula, somente após o ingresso do estudante com necessidades educacionais, que de fato alguns professores procuram conhecimentos das singularidades no alunado, enquanto outros nem procuram. Dessa forma, apresentar ações inclusivas, em que participantes “Sentindo na pele” percebam a limitação do outro, acredita-se ser uma maneira de disseminação do reconhecimento do outro e de si mesmo.

Sendo assim, esse trabalho concentra esforços para transmitir informações gerais sobre as necessidades das pessoas com deficiência, em especial a pessoa com deficiência visual. Emprega-se neste trabalho o deficiente visual, como perda total da visão, porém explanou-se sobre as variações que se manifestam em diferentes graus da acuidade visual.

Conforme Nascimento e Raffa (2011), diferentes fatores podem causar a cegueira, cada um deles, com consequências psicológicas e emocionais. De maneira genérica, considera-se que “nos países em desenvolvimento as principais causas são: infecciosas, nutricionais, traumáticas e causadas por doenças. Nos países desenvolvidos são mais importantes as causas genéticas e degenerativas”. (NASCIMENTO, RAFFA, 2011, p. 16). Tem-se as causas mais frequentes: catarata, diabetes, cegueira congênita, descolamento de retina, glaucoma, retinopatias, toxoplasmose, causas accidentais e hiperoxia.

Na escola, os profissionais precisam conhecer e compreender os inúmeros fatores históricos dos alunos, contudo o que importa aqui são as coisas que o aluno com cegueira pode fazer. Permitir que, existem limitações, mas passíveis de adequações que visam o acesso do discente aos conhecimentos e autonomia na vida cotidiana. Sabe-se das dificuldades das pessoas com cegueira, mas isso não a impossibilita de superá-las. Dessa forma, organizou-se a oficina, “Sentindo na pele, a cegueira” para esclarecer dúvidas e a sensibilização de toda comunidade escolar no Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Goiás – Câmpus Jataí (IFG).

Realizou-se uma dinâmica em dupla, quando os participantes ficaram com os olhos vendados, mas com um guia para ajudá-lo na caminhada nos espaços do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Goiás – Câmpus Jataí (IFG) com o uso de diversos espaços da Instituição. Seguiu-se

com orientações favorecendo o desenvolvimento da consciência visual, sensibilizando os participantes a analisar e interpretar sobre os obstáculos presentes no cotidiano da pessoa com deficiência visual.

Durante a prática possibilitou-se o conhecimento e o reconhecimento do espaço físico e da disposição do mobiliário. Explicitou-se que o mobiliário deve ser estável e qualquer alteração deve ser avisada. Assim, necessidades decorrentes de limitações visuais não devem ser ignoradas, negligenciadas ou confundidas com concessões ou necessidades fictícias. Para que isso não ocorra, atentou-se em relação aos nossos conceitos, preconceitos, gestos, atitudes e posturas com abertura e disposição para rever as práticas convencionais, conhecer, reconhecer e aceitar as diferenças como desafios positivos e expressão natural das potencialidades humanas. Dessa maneira, foi possível criar, descobrir e reinventar estratégias e atividades pedagógicas condizentes com as necessidades gerais e específicas dos participantes. Neste sentido, explicitamos alguns dos principais aspectos, características e peculiaridades em relação as pessoas com deficiência visual com o objetivo de apontar caminhos, referências e pistas aos participantes tendo em vista a inclusão dos cegos no espaço escolar e social (BRASIL, 2007).

Dentre as metas atingidas, iniciou-se com as duplas dando uma volta dentro da sala do laboratório, para uma breve orientação ao caminhar com uma pessoa cega e após a caminhada pelas dependências do Instituto. As reações dos participantes com olhos vendados eram de nervosismo, espanto, sensação de impotência diante das situações que para um vidente eram tão simples, como beber uma água, uso do banheiro, mas como cego, a dificuldade era grande, porém impossível de realiza-las no tempo de cada um. Os participantes vendados relataram como as pessoas conversam muito, pois muitas vozes eram ouvidas ao mesmo tempo. Com o tempo começaram a identificar as pessoas pela tonicidade da voz. Sentiram falta de corrimões nas rampas para se direcionarem e uma das participantes comentou da necessidade de piso tátil para o cego caminhar com mais independência. Já os guias pensando ser fácil, apenas emprestar seus olhos a pessoa com a venda, refletiram sobre a dificuldade e a importância de descrever todo o percurso e obstáculos que encontravam pela frente. Alguns guias se confundiam sobre a orientação do espaço, demonstrando embaraços nas orientações e mobilidade. “Direita, não esquerda, ali, lá, alto, baixo, desculpe estou confusa – dizia a participante A” eram palavras para dar condições a pessoa vendada para exercer seu direito de ir e vir. Então, os guias foram refletindo sobre qual a melhor forma de orientar, pois dependendo da posição, o lado direito da pessoa com deficiência visual era o lado esquerdo do guia.

Com o fim da dinâmica, retornam-se ao laboratório de química e houve diálogos a respeito das dificuldades de percepção de detalhes que os participantes apresentam e a necessidade de adequações nos ambientes físicos. Trabalhou-se a questão da noção de espaço, obstáculos e a percepção do corpo.

Os participantes relataram da necessidade de tomar como referência a posição da pessoa cega e não a sua. Os que estavam com olhos vendados comentaram da insegurança, pois dependeram totalmente do guia. Acreditaram inicialmente que por conhecer o espaço físico do Instituto seria fácil circular com a venda, mas com alguns minutos caminhando não sabiam em qual lugar estavam.

Após a realização da dinâmica e ampliação do repertório visual dos participantes, propôs-se múltiplas atividades de experimentações concretas dando significado e contextualizando a aprendizagem sobre a pessoa com deficiência visual. Tiveram várias atividades simultâneas (tapa olho, vidro de relógio, becker, espátula e balança semi-analítica, alfabeto braille, máquina de escrever em braile, caixa tátil, dominó tátil, jogo da memória tátil, notebook, celular e panfletos) para que todos pudessem conhecer e refletirem mais sobre a questão do cotidiano do cego.

Nas várias atividades os guias foram percebendo os cuidados cotidianos ao ter contato com a pessoa com deficiência visual, não na forma de sentir pena, mas, sim, de dar oportunidades. Desde oferecer um braço para guiá-lo, apresentar informações do ambiente, avisar quando se ausenta, a orientar sobre os obstáculos presentes nos espaços físicos. Os participantes com os olhos vendados experimentando a condição de usufruírem das coisas de um modo diferente, alguns com mais dificuldades e dependentes dos seus guias, outros, como dois alunos dos cursos técnicos da Instituição, mostrando com sucesso e com autonomia a identificação dos materiais diversos com o tato e na forma de lidar com a pessoa com cegueira.

Por fim, após apontar caminhos aos participantes, tendo em vista a inclusão dos cegos, entrega do panfleto para apresentar algumas ações que favorecem a inclusão apresentação de algumas ferramentas, tais como: braille virtual – USP² (curso on-line com animações gráficas e destinado para à difusão e ensino do sistema Braille a pessoas que veem), programas com síntese de voz e os aplicativos “Relógio falante: tell me the time³” e “Be my eyes”. No aplicativo “Be my eyes⁴” faz-se o cadastro como pessoa cega ou voluntário vidente. Como voluntário receberá chamadas, caso esteja disponível, para emprestar seus olhos ao deficiente visual, poderá ajudá-lo por meio da câmera do celular descrevendo a imagem que é mostrada. A pessoa com cegueira se cadastrá para receber ajuda quando necessitar. Já o “Relógio falante” diz para a pessoa a hora atual, sendo ajustável para anunciar

² O programa Braille Virtual pode ser salvo e usado fora da Internet. É gratuito e funciona em computadores de poucos recursos. Disponível em: <<http://www.braillevirtual.fe.usp.br/pt/index.html>>.

³ Relógio Falante: tell Me The Time fornece um relógio falando e um relógio noturno falante. Este aplicativo informa ao usuário a hora atual, quando você atualmente não consegue dar uma olhada no seu relógio. Disponível em: <<https://www.androidapkbaixar.com/speaking-clock-tellmethetime/TellMeTheTime.App/>>.

⁴ Um inovador aplicativo de celular bastante simples que permite que qualquer pessoa possa “emprestar” sua visão por alguns segundos ao cego. Disponível em: <<https://www.hypeness.com.br/2015/01/be-my-eyes-app-permite-emprestar-seus-olhos-a-um-deficiente-visual/>> .

a hora, os minutos e segundos. Também é possível ouvir o relógio com um comando de toque sobre o aparelho celular, facilitando a vida do deficiente visual. Alguns participantes comentaram que convivem com pessoa cega no trabalho e em casa e que a oficina fez com que revessem algumas atitudes, pois não tinham sentido na pele como era ser cego.

Tais atividades foram compreendidas e percebidas tanto pela superação de quem era guia, como de quem estava com os olhos vendados apor meio de depoimentos dos participantes. Pela experimentação sensorial, sem o uso da visão, a participante “A” se referiu ao Tio, com idade de 60 anos, que recentemente ficou cego e a família o limitou-o com medo dele se machucar, mesmo dentro da sua própria casa. “A” descreve que o Tio está triste e isolado, compreendeu que ele pode ter uma vida normal com algumas adequações em casa e estímulos para ter mais autonomia. As participantes “B”, “C” e “D” relataram que trabalha em uma universidade e tem um colega de trabalho que é cego. Falou da autonomia que ele tem na universidade, mas que nunca sentiram na pele o que é ser cego. “B” comentou que já foi guia do colega, convive no dia a dia, porém ao sentir a cegueira na pele, avaliará algumas atitudes, pois como disse “C e D”, “ajudar é uma coisa, sentir na própria pele é outra, precisamos rever as atitudes e promover a sensibilização da universidade como um todo, vivenciar os conflitos e sensações nesse estado que estamos com os olhos vendados e foi muito importante nossa participação nessa oficina – concluiu as participantes”. Ao fim de cada caso exposto, nota-se que a cada atividade havia avaliações pessoais das atitudes frente a deficiência visual.

Nesse sentido avalia-se a oficina “Sentindo na pele: a cegueira” como uma ação para desmistificar as diferenças entre cegos e videntes para mostrar que é possível apreender com ou sem visão, porém de formas diferentes. Justifica-se que todos precisam experimentar a condição de não ver para sentir na pele os obstáculos do dia a dia do cego para favorecer o desenvolvimento da consciência visual e ampliação do repertório visual bem como, incluir ajudas táteis e auditivas quando a visão não for suficiente. Além disso, é fundamental o conhecimento da legislação, para que se possa exigir o cumprimento dos direitos das pessoas com necessidades especiais, promover efetivamente a convivência dos princípios da inclusão no seu sentido amplo, através da sensibilização e conscientização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do vendo vozes e promovendo diálogos, as vivências e experiências nos diferentes contextos de aprendizagem mostrou possíveis ações que favorecem a inclusão da pessoa com cegueira. Percebe-se que a convivência das pessoas com as diferenças é indispensável, pois o estranhamento é devido à falta de momentos de trocas entre as pessoas com e sem deficiência para cada um aprender

com o outro, pois todos tem no seu dia a dia possibilidades e desafios a serem superados. A escola sendo um espaço heterogêneo, precisa valorizar as diferenças humanas e ao mesmo tempo considerar as particularidades de cada um e pensar nessa “riqueza” como um aprendizado cooperativo para todos.

Não basta, apenas, permitir a matrícula dos alunos com necessidades especiais na escola regular, isso não é garantia que seu desenvolvimento acontecerá. Precisa-se de ações que garantem a permanência e o sucesso de todos sem distinção, conforme argumenta na Declaração de Salamanca.

Realizar ações inclusivas, como Sentido na pele: a cegueira, mostrou aos videntes que não é a deficiência visual que incapacita de realizar as tarefas cotidianas e sim o olhar da sociedade que os coloca como incapaz. Mostrou aos videntes suas dificuldades em detalhar imagens que veem, direcionamento, algo importante a trabalhar na escola, de forma a promover o pleno desenvolvimento de todos. Permitir essas percepções contribui com que os envolvidos no processo de inclusão reflitam a respeito de suas ações criticamente sobre o que é inclusão de fato.

Neste sentido, uma Escola para Todos, pressupõe que tenha ações de formação educativa e social e não apenas as razões de interesses político-econômicos.

É importante ressaltar que os estudos realizados neste trabalho mostram que o movimento pela inclusão não teria razão de existir se os valores da sociedade atual estivessem voltados não só para o progresso material. O intuito foi apontar para a necessidade do desenvolvimento humano e social dos indivíduos, de forma a atender cada um na sua necessidade, desde os mais comprometidos aos mais desenvolvidos que frequentam a escola regular. Assim, aos participantes que são docentes possam avaliar suas metodologias, bem como suas atitudes e as lacunas nos comportamentos dos estudantes, pois é na prática pedagógica que envolvemos os atores sociais no movimento do aprender com as diferenças, com ações inclusivas que perpassa todos os espaços sociais.

Portanto, a inclusão não se consolida por meio de leis, mas sim com ações que des controem os padrões e as convenções sociais concebidas historicamente, e que os docentes carecem de formação adequada para a realização de trabalhos que dão vozes e promovam diálogos nos diferentes contextos de aprendizagem. Há de acrescentar também, que a escola possui potencial, por meio dos jovens, em multiplicar experiências inclusivas bem-sucedidas em todo meio social.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 19. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. A escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/SEESP, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/direitoaeducacao.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Formação continuada a distância de professores para o atendimento educacional especializado: deficiência visual. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf. Acesso em: 2 fev. 2025.

MONTEIRO, A. J. M. et al. Instituto Benjamin Constant práticas pedagógicas no cotidiano escolar: desafios e diversidade. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 2014.

NASCIMENTO, M.; RAFFA, I. Inclusão social: primeiros passos. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2011.

PASQUARELLI, R. C. C. Proposta para um trabalho com conceitos estatísticos para alunos com deficiência visual: uma experiência na formação de professores. In: MANRIQUE, A. L.;

MARANHÃO, M. C. S. A.; MOREIRA, G. E. (org.). Desafios da educação matemática inclusiva: formação de professores. São Paulo: Livraria da Física, 2016. p. 149-161.

ROCHA, L. P. Políticas educacionais de inclusão escolar das pessoas com deficiência em periódico científico brasileiro (2008-2012). 2014. 188 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/714>. Acesso em: 2 abr. 2025.